

O APÓSTOLO PAULO E A LEI

Pr. Albino Marks

O mundo cristão tem lidado com debates acalorados em relação à vigência e função da lei moral. Para a maior parte dos estudiosos, esta foi abolida por Cristo com Sua morte na cruz. Muitos textos são usados para demonstrar o cancelamento da lei moral. Analisemos um dos textos que numa visão superficial parece um forte argumento decretando o fim da lei moral: *“agora, porém, libertados da lei, (nómu) estamos mortos para aquilo a que estávamos sujeitos, de modo que servimos em novidade de espírito e não na caducidade da letra”* (Rm 7:6).

Para entendermos a argumentação de Paulo, quando fala da lei em suas epístolas, precisamos ter compreensão clara de alguns pontos importantes.

Em Romanos e em suas Epístolas, Paulo usa a palavra: nomia = lei, para referir-se por esta palavra a qualquer lei que regia a economia israelita. Poucas vezes usa a palavra entolè, traduzida como: mandamento. “Nomia”, é a palavra grega traduzindo, “torah”, do hebraico, lei, no português. Entolè”, é o grego, traduzindo, “mitswah”, ou, “mitswot”, do hebraico, mandamento, no português.

É também importante observar que com o termo: nómos, a lei, os escritores do Novo Testamento e os

doutores da lei englobavam a tôrah toda: o Pentateuco e todos os escritos do Velho Testamento, contendo todos os conjuntos de leis regendo a economia espiritual e temporal judaicas. A palavra: “mitswot”, ou, “mitswah” no hebraico, e “entolé”, no grego, identificam a lei dos Dez Mandamentos, como integrante da “torah”, “nómos”.

É importante dar atenção ao fato de que nem Paulo nem os evangelistas usam as expressões: lei moral, lei cerimonial, lei sacerdotal, lei civil... Para identificar essas leis usam a palavra “entolé”, ou o termo próprio para designar a lei referida. Estes conjuntos de leis não estão organizados em forma de sessões distintas, mas são encontrados e mesmo repetidos ao longo de todo o Pentateuco. No entanto, os israelitas, judeus, não demonstravam dificuldades para distinguir e caracterizar a aplicação de cada conjunto de leis.

Entretanto, o apóstolo Paulo, no uso da palavra “nómos”, pode referir ao Pentateuco, a toda a Escritura do Velho Testamento, à lei moral, às leis cerimoniais, ou a qualquer outro conjunto de mandamentos, formando uma lei. Com frequência usa a palavra “nómos”, lei, para referir por meio dessa palavra, *“tanto a lei moral [...] como a lei cerimonial”* (SDABC, v. 6, p. 949).

Outro ponto importante é a atenção que precisa ser dada ao contexto. Como pela palavra, *nomia*, Paulo pode designar o Velho Testamento, o Pentateuco, a lei moral, as leis cerimoniais, as leis de saúde, civis, sacerdotais e outras leis, o contexto é muito importante para identificar a que lei Paulo se refere. Quando falhamos neste ponto, certamente a nossa compreensão não estará correta.

A compreensão de que “*nómos*” pode designar toda a Escritura Sagrada, o apóstolo Paulo sintetiza em sua carta para Timóteo: *“Porque desde criança você conhece as Sagradas Letras, que são capazes para torná-lo sábio para a salvação mediante a fé em Cristo Jesus. Toda a Escritura é inspirada por Deus e útil para o ensino, para a repreensão, para a correção e para a instrução na justiça, para que o homem de Deus seja apto e plenamente preparado para toda boa obra”* (2Tm 3:15-17, NVI).

Outra questão importante: Paulo estava escrevendo para os crentes de seus dias e esclarecendo problemas relativos à compreensão do valor e prática da lei cerimonial depois da cruz. Paulo não estava antevendo e nem tentando solucionar os problemas do cristianismo dos séculos XX e XXI.

Para entender de maneira correta o argumento fundamentado na palavra: “*nómos*”, lei, nas epístolas de

Paulo, mais duas questões do plano da salvação, são fundamentais.

Primeiro: Qual é a solução que Deus determinou, no conselho eterno, para o problema do pecado? *“A morte substituta”,* como dádiva da graça: *“o mistério que estivera oculto dos séculos e das gerações, agora, todavia, se manifestou aos seus santos; aos quais Deus quis dar a conhecer qual seja a riqueza da glória deste mistério entre os gentios, isto é, Cristo em vós, a esperança da glória”* (Cl. 1:26, 27).

Nem mesmo Lúcifer, em sua rebelião no Céu, tomou conhecimento deste plano secreto da Trindade.

Quando Adão foi vencido pelo inimigo e pecou ao desobedecer a ordem moral de Deus, colocou-se em desarmonia com o seu Deus e Criador. No entanto, Deus revelou a Adão o plano do perdão, da justificação e da salvação por meio da aliança eterna de Sua graça, na morte do substituto: *“Porei inimizade entre ti e a mulher, entre a tua descendência e o seu descendente. Este te ferirá a cabeça, e tu lhe ferirás o calcanhar”* (Gn. 3:15).

Para ensinar a Adão o processo de atuação da graça, Deus usou um método simples, mas dramático. Ele muitas vezes transmite Seus ensinamentos por meio de cenas dramáticas para incutir e gravar as lições na mente de Seus filhos.

Perante Adão e Eva, o primeiro cordeiro foi morto. Sem dúvida uma cena dramática para nossos primeiros pais. Sangue derramado e o dócil animal morrendo. Tipificava o “*seu Descendente*”, que viria como o Redentor e sofreria o castigo da sentença de morte que passou a pesar sobre a raça humana, representada em Adão, em consequência do pecado. O Descendente é Cristo, o Cordeiro de Deus.

No animal morto, *como “substituto típico”*, estava a revelação da graça de Deus para a solução do problema do pecado. Pela graça, Adão estava e continuaria desfrutando vida eterna e abundante se não pecasse; pela graça, seria liberto da condenação à morte eterna, se revelasse fé no “*Substituto*”: “*porque o salário do pecado é a morte, mas o dom gratuito de Deus é a vida eterna em Cristo Jesus nosso Senhor*” (Rm. 6:23).

O cordeiro tipificava a graça para Adão sob o domínio do pecado. O pecado feriu-o mortalmente, mas não o separou da fonte da graça, Deus. Para ensinar a Adão e aos seus descendentes nascidos sob o pecado, que a graça continuava sendo motivo de esperança, de restauração e vida, eles teriam *um substituto típico*, o cordeiro, até a manifestação da graça real mediante a morte de Cristo Jesus (Gn. 3:15).

Segundo: No período israelita, o problema do pecado era resolvido tipicamente, valendo-se do *animal substituto* com os seus ritos adicionais regidos pela lei cerimonial. Entendendo claramente este detalhe, encontra-se facilidade para compreender a argumentação de Paulo.

A lei moral acusa e condena o pecado. No entanto a lei moral não oferece a solução para o pecado. Para a solução do pecado outro elemento necessita ser introduzido.: um Substituto que tem o poder de assumir a culpa do pecado, sofrer a condenação da sentença da lei moral e por graça oferecer o perdão, a justificação e a reconciliação.

Em Israel o substituto era o cordeiro inocente nos serviços típicos do santuário. Era uma solução temporária, até que viesse o verdadeiro e real Substituto, o Descendente da mulher, Cristo o Cordeiro de Deus

Portanto, quando Paulo fala da lei como instrumento que determina a conduta, ou coloca em evidência atos pecaminosos praticados contra Deus ou o próximo, ou ainda, quando coloca em evidência o pecado, acusa e condena o pecador, está falando da lei moral. Quando fala da lei como instrumento que era usado pelo judeu, israelita, para resolver o problema do pecado cometido contra os princípios da lei moral, oferecendo graça, perdão, justificação e reconciliação mediante um animal substituto, nos ritos do santuário, está falando da lei cerimonial.

O judeu, israelita, por meio desse ato para obter o perdão do seu pecado, cumpria as determinações rituais da lei típica cerimonial e confirmava a imutabilidade da lei moral.

Quando fala sobre princípios de saúde, serviços dos sacerdotes, questões temporais, o contexto identifica a lei em questão.

Com estes princípios esclarecedores em mente, analisemos a argumentação de Paulo em Romanos sete.

Libertos da lei. Em sua carta aos Romanos, Paulo explicando para os judeus a mudança do regime dos tipos para o regime do Tipificado, das sombras para a realidade da Luz, usa a ilustração da lei que rege o vínculo conjugal, quando as duas partes estão comprometidas enquanto vivas, mas torna-se livre a que perde o cônjuge pela morte, Paulo, na sua argumentação, estabelece a relação do substituto típico com a grandeza da realidade por meio de Cristo: *“ou então ignorais, irmãos – falo a pessoas competentes em matéria de lei (nómon), que a lei (nómos) só tem autoridade sobre o homem enquanto ele vive? Assim, a mulher casada está ligada por uma lei (nómu) a um homem enquanto ele vive; mas se ele vem a morrer, ela não depende mais da lei (nómou) conjugal. Portanto, se durante a vida do seu marido ela pertencer a outro, será*

chamada de adúltera; mas, se o marido vier a morrer, ela estará livre com relação à lei (nómu), de modo que não será adúltera pertencendo a outro. Vós igualmente, meus irmãos, fostes mortos com relação à lei (nómu), pelo corpo de Cristo, para pertencerdes a um outro, o Ressuscitado dentre os mortos, a fim de que produzamos frutos para Deus. Com efeito, quando estávamos na carne, as paixões pecaminosas, servindo-se da lei (nómu), agiam em nossos membros, a fim de que produzíssemos frutos para a morte. Mas agora, mortos ao que nos mantinha cativos, fomos liberados da lei (nómu), de maneira que servimos sob o regime novo do Espírito e não mais sob o regime ultrapassado da letra” (Rm. 7:1-6, TEB).

Neste exemplo, em seis versos, Paulo usa oito vezes a palavra “nómos”, lei, para referir a diferentes regências da palavra lei,

Que leis Paulo envolve em sua argumentação? Introduzindo seu argumento: *“falo a pessoas competentes em matéria de lei (nómon)”*, está envolvendo a “torah”, toda a legislação da economia hebraica, como dizendo: *estou falando para pessoas que entendem da (torah), a lei que rege a nossa economia.*

Na pergunta demonstra entender que seus leitores conhecem a “torah”, “nómon”, toda a legislação hebraica,

para em seguida conduzi-los para a lei que rege o casamento: *“ou então ignorais, [...] em matéria de lei (nómon), que a lei (nómos) só tem autoridade sobre o homem enquanto ele vive?”* (Rm 7:1, TEB). Usando a mesma palavra (nómos), a vincula à torah, para em seguida a vincular ao conjunto específico que rege o relacionamento conjugal.

Prosseguindo no argumento: *“por exemplo, pela lei, “nómu”, a mulher casada [...] se o marido morrer, ela estará livre da lei, “nómu”, do casamento. [...] estará livre daquela lei “nómu”* (Rm 7:2, 3, NVI). A lei que rege o contrato conjugal, está fundamentada na lei moral: *“não adulteraras”*, mas em si, o contrato do casamento é a *“lei do casamento”*. Portanto, nesse argumento, quatro vezes usa a palavra, nómos, para referir a lei do contrato conjugal e uma vez, a “torah”. .

Paulo usa especificamente a mulher, mas o mesmo argumento é válido para o homem. Se, um dos dois, se envolver sexualmente com alguém estranho, a lei básica, moral, que rege o casamento, acusa e condena o seu ato como adultério. Mas, na argumentação de Paulo, morrendo o homem, a mulher está livre para contrair novo casamento, sem ser condenada pela lei “nómos”. Portanto, nas quatro vezes em que usa a palavra “nómos”, como o documento

legal que rege o relacionamento conjugal, também envolve o sétimo mandamento da lei moral: “*não adulterarás*” (Êx 20:14). Paulo está dizendo: *Vou ilustrar o meu argumento com a lei (nómu) que rege o relacionamento conjugal. Por esta lei, (mómou) enquanto os dois estão vivos, estão mutuamente comprometidos.*

Nas outras vezes, usando a mesma palavra, de que lei o apóstolo Paulo está falando?

Fazendo a aplicação, evoca a morte de Cristo, para dizer aos seus leitores o que aconteceu com a lei dos tipos, valendo-se da lei, nómos, que rege o casamento, como ilustração, declarando: “*vós igualmente, meus irmãos, fostes mortos com relação à lei, (nómo) pelo corpo de Cristo, para pertencerdes a um outro, o Ressuscitado dentre os mortos, a fim de que produzamos frutos para Deus*” (Rm 7:4, TEB).

Antes de Cristo crucificado, com quem e por meio de que lei os crentes em sua vida espiritual estavam ligados e comprometidos para obter graça, perdão, justificação e salvação pela fé? Com a lei das cerimônias que regia o relacionamento por meio do *animal substituto*. Quando e como foram liberados da lei das cerimônias e do *animal substituto*, “*para então pertencer a um outro?*” A conclusão é óbvia: com a morte de Cristo.

Quando Cristo morreu, morreu também todo o ritualismo típico. Mas quando Ele ressuscitou, o ritualismo típico permaneceu morto. Portanto, com a morte do ritualismo típico, a lei das cerimônias deixou de ter valor típico real e aqueles que por meio dela se relacionavam com Deus, para tipicamente obter graça, perdão, justificação e reconciliação, pela fé no Redentor prometido, ficaram livres em relação à lei das cerimônias e o *animal substituto*, para estabelecer um novo relacionamento, agora, com o Cristo ressurreto: “*vós igualmente, meus irmãos, fostes mortos com relação à lei (nómu), pelo corpo de Cristo, para pertencerdes a um outro, o Ressuscitado dentre os mortos, a fim de que produzamos frutos para Deus*” (Rm 7:4, TEB).

Por meio da morte Substituta de Jesus, a lei dos tipos que servia como intercessor, perdoador e reconciliador substituto do pecador, foi cancelada, abolida, morta, e agora o pecador contrito tem um novo Intercessor, perdoador e reconciliador, o Cristo ressurreto, vivo.

Continuando, argumenta: “*quando éramos controlados pela carne, as paixões pecaminosas despertadas pela lei “nómu”, atuavam em nosso corpo. [...] Mas agora, morrendo para aquilo que antes nos prendia, fomos libertos da lei “nómu”, para que sirvamos conforme*

o novo modo do Espírito, e não segunda a velha forma da lei escrita” (Rm 7:5, 6, NVI).

Quando viviam sem a fé no Tipificado, as paixões pecaminosas que são acusadas pela lei, “nómu”, moral, atuavam em seu corpo, produzindo frutos, por meio de suas ações, que determinavam a morte, porque os tipos sem a fé em Cristo, eram vazios e impotentes para livrá-los da condenação. Mas o conhecimento do poder Substituto redentor de Cristo, os libertos da lei “nómu” dos tipos, e agora vivem um novo relacionamento guiados pelo Espírito e não pela caducidade da letra dos tipos.

O argumento evidencia com clareza de que antes da cruz os israelitas estavam comprometidos com a lei típica cerimonial em sua vida espiritual, para obter o perdão de seus pecados contra a lei moral. Com a morte de Cristo, aqueles que O aceitam como a graça real e não mais típica, ficam livres em relação à lei das cerimônias, porque com a morte de Cristo, essa também morreu, e assim, os israelitas e todos os pecadores, também estão mortos para a lei típica das cerimônias, porque ela está morta, e com ela estão descomprometidos. Estão livres para pertencer a outro, o Ressuscitado, o Cristo vivo, e por meio dEle produzem os frutos para Deus, pela obediência à lei moral.

Como *“Cristo foi oferecido em sacrifício uma única vez, para tirar os pecados de muitos”* (Hb 9:28, NVI), confirmando a imutabilidade da lei moral, como o Substituto real do pecador condenado, cumpriu a lei típica cerimonial e aboliu-a, com Seu único sacrifício, porque com o seu sangue *“oferecido uma vez por todas”* (Hb 10:10, NVI), assumiu a culpa dos pecados de todos os pecadores, e por Sua morte oferece graça, perdão, justificação, reconciliação, paz com Deus e harmonia com a lei moral, porque tira e remove os pecados, que os sacrifícios repetidamente oferecidos realmente *“nunca podem remover”* (Hb 10:11, NVI).

Se interpretarmos: *“assim, meus irmãos, vocês também morreram para a Lei, (nómo) por meio do corpo de Cristo”*, como o fim da lei moral com a morte de Cristo, somos obrigados a admitir que durante quatro mil anos Deus lidou com o problema do pecado e pecadores tendo como parâmetro de avaliação a lei moral, e como solução típica para o pecado, a lei cerimonial, tendo como centro o animal substituto, típico, morto em lugar do pecador. Mas, com a Sua morte, Jesus aboliu o parâmetro, junto com a solução típica, que apontava para o Substituto real, Cristo.

Se este é verdadeiramente o caso, então Deus realmente alterou o Seu modo de agir em relação ao problema do pecado. Entretanto, isto nunca aconteceu.

Paulo, “nómos”, a lei e os gentios. Paulo continua colocando uma questão muito importante para considerar: *“Com efeito, quando estávamos na carne, as paixões pecaminosas, servindo-se da lei (nóμου), agiam em nossos membros, a fim de que produzíssemos frutos para a morte. Mas agora, mortos ao que nos mantinha cativos, fomos liberados da lei (nóμου), de maneira que servimos sob o regime novo do Espírito e não mais sob o regime ultrapassado da letra”* (Rm. 7:5, 6, TEB).

Não podemos olvidar que Paulo também estava falando para os crentes vindos do paganismo. Estes nunca viveram sob a lei das cerimônias, nunca conheceram o ritual *do animal substituto* e nunca ouviram sobre os mandamentos da lei moral. Mas as paixões pecaminosas agindo neles, faziam com que praticassem todo tipo de atos pecaminosos contra os princípios da lei moral e, portanto, servindo-se do desconhecimento desta lei, estas paixões produziam como resultado final a morte, que é o resultado final do pecado.

Neste argumento Paulo usa a mesma palavra, “nómos”, para referir à lei moral porque é esta lei que coloca em evidência as paixões pecaminosas acusando-as e condenando o pecador à morte.

Mas pela aceitação de Cristo foram libertados da condenação da lei moral e serviam a Deus, por meio da salvação obtida pela *morte substituta de Cristo*. Portanto, não deviam submeter-se ao regime das cerimônias, porque foram liberados desta lei, que, com a morte de Cristo sobre a cruz, se tornara letra morta.

Duas vezes a palavra (nomos) está vinculada a lei das cerimônias típicas (Rm 7:4, 6), e uma vez à lei moral (Rm 7:5), referindo aos gentios vindo do paganismo.

É a lei pecado? Então Paulo continua seu argumento: *“Que diremos então? Que a lei (nómos) é pecado? De modo nenhum! Mas eu não teria conhecido o pecado, a não ser por meio da lei (nómou). Porque eu não teria conhecido a cobiça, se a lei (nómos) não tivesse dito: Não cobice. Mas o pecado, aproveitando a ocasião dada pelo mandamento (entolés), despertou em mim todo tipo de cobiça. Porque, sem lei (nómou), o pecado está morto. Houve um tempo em que, sem lei (nómou), eu vivia. Mas, quando veio o mandamento (entolés), o pecado reviveu, e eu morri. E verifiquei que o mandamento (entolè) que me havia sido dado para vida, esse se tornou mandamento para morte. Porque o pecado, aproveitando a ocasião dada pelo mandamento (entolés), me enganou e, por meio do mandamento, me matou. Assim, a lei (nómos) é santa; e o*

mandamento (entolé) é santo, justo e bom” (Rm. 7:7-12, NAA).

Nestes seis versos, Paulo usa seis vezes a palavra “nómos”, lei, e cinco vezes a palavra “entolé”, mandamento. Em toda a argumentação ele alterna as duas palavras, mas sempre referindo à lei moral que acusa e condena todas as práticas pecaminosas.

Paulo inicia a sua argumentação demonstrando que ele somente conheceu o pecado porque a lei moral “nómos”, que não é pecado, determina e esclarece o que é pecado. Se a lei moral não declarasse de que a cobiça é pecado, ela não seria pecado.

“Pois, sem a Lei, o pecado está morto” (Rm 7:8, NVI). Não havendo lei que determine o certo e o errado, o pecado deixa de existir, e então a justiça também não existe.

Entretanto, a cobiça não é praticada ou cometida contra a lei moral, mas contra o próximo, portanto, contra Deus que é o Criador do ser humano. Em Deus, existe a justiça, expressa em Sua lei moral, e é a existência da lei moral que exerce a função de evidenciar, acusar e condenar o pecado.

Paulo fala como se fosse pagão vendido ao pecado, para dizer que antes de ter o conhecimento de Deus e da lei

moral, praticava toda a sorte de pecados e, contudo, vivia. Como que dizendo: eu vivia no pecado, mas achava que tudo estava bem. Mas quando tomou conhecimento da existência de Deus e Sua lei moral, também tomou conhecimento do pecado e da condenação da lei moral que o acusava, e se deu conta que realmente estava morto, condenado pela lei moral em consequência do pecado que o separou de Deus (Rm 7:9, 10). Deu-se conta que fora enganado pelo pecado, que o induziu a praticar tudo o que a lei moral declara mau e pecaminoso: *“porque o pecado, prevalecendo-se do mandamento, (entolês) pelo mesmo mandamento me enganou e me matou”* (Rm 7:11, ARA).

A lei é santa. Quando se defrontou com a existência de Deus e a lei moral, foi nele despertada a realidade do pecado e faz a categórica declaração: *“A lei (nómos) é santa, e o mandamento (entolè) é santo, justo e bom”* (Rm 7:12, NVI).

Feita esta forte afirmação, Paulo levanta a pergunta: *“Então, aquilo que é bom se tornou morte para mim? De modo nenhum! Pelo contrário, o pecado, para mostrar-se como pecado, por meio de uma coisa boa causou-me a morte; a fim de que, pelo mandamento (entolés), o pecado mostrasse toda a sua força de pecado. Porque bem sabemos que a lei (nómos) é espiritual. Eu, porém, sou*

carnal, vendido à escravidão do pecado” (Rm. 7:13, 14, NAA).

Paulo faz a intrigante pergunta: acaso foi a lei moral, que é uma coisa boa, espiritual e santa que me matou. Absolutamente não. Mas o pecado contra o qual a lei moral adverte que é sobremaneira maligno e mortal, este causou a morte.

A lei moral é o instrumento espiritual que determina a conduta no sentido de agradar a Deus, mas Paulo reconhece que a natureza humana é carnal, vendida à escravidão do pecado. *“Sabemos que a Lei (nómos) é espiritual; eu, contudo, não sou, pois fui vendido como escravo ao pecado” (Rm 7:14, NVI).*

O HOMEM DE ROMANOS SETE. Nesta situação, vivendo sob o domínio do pecado e com o conhecimento da lei moral, acusando o seu pecado, Paulo passa a descrever a luta espiritual que se trava na mente do homem de Romanos sete. No espírito ele quer praticar o bem, mas a carne o seduz a praticar o mal que detesta: *“não entendo o que faço. Pois não faço o que desejo, mas o que odeio. E, se faço o que não desejo, admito que a Lei (nomo) é boa. Nesse caso, não sou mais eu quem o faz, mas o pecado que habita em mim. Sei que nada de bom habita em mim, isto é, em minha carne. Porque tenho o desejo de fazer o que é*

bom, mas não consigo realiza-lo. Pois o que faço não é o bem que desejo, mas o mal que não quero fazer, esse eu continuo fazendo. Ora, se faço o que não quero, já não sou eu quem o faz, mas o pecado que habita em mim” (Rm 7:15-20, NVI).

O que Paulo está dizendo é que o homem de Romanos sete está tentando viver em harmonia com a vontade de Deus, por si mesmo.

Entretanto, Paulo compreende que sem a graça de Cristo, está destituído da glória de Deus (Rm 3:23), e não tem nada de bom: *“sei que nada de bom habita em mim, isto é, em minha carne. Porque tenho o desejo de fazer o que é bom, mas não consigo realizá-lo” (Rm 7:18, NVI).*

Não aceitando a Cristo e não se submetendo à liderança do Espírito Santo, o pecador nada tem bom e não consegue libertar-se do domínio do pecado.

Por esta razão pratica o que o poder do pecado determina: *“ora, se faço o que não quero, já não sou eu quem o faz, mas o pecado que habita em mim” (Rm 7:20, NVI).*

Este era o problema espiritual dos israelitas. Confiavam inteiramente na justiça comunicada, a justiça da lei, praticada sem a orientação do Espírito Santo. O moço rico

respondeu para Jesus: *“Faço tudo isto desde a minha mocidade”*. Deste modo, não sentiam necessidade da justiça imputada, a fé no Salvador para obter o perdão e a justificação sem apresentar méritos. Por praticar os princípios da lei moral, a justiça comunicada, por esforço próprio, o israelita julgava-se seguro da salvação.

A única solução. O seu arrazoado, descrevendo de modo dramático esta guerra espiritual, culmina com o argumento da única solução: *“Assim, encontro outra lei (nómu): quando quero fazer o bem, o mal reside em mim. Porque, no tocante ao homem interior, tenho prazer na lei (nómu) de Deus; mas vejo nos meus membros outra lei (nómu) que, guerreando contra a lei (nómu) de minha mente, me faz prisioneiro da lei (nómu) do pecado que está nos meus membros. Desventurado homem que sou! quem me livrará do corpo desta morte? Graças a Deus por Jesus Cristo, nosso Senhor! De maneira que eu, de mim mesmo, com a mente, sou escravo da lei (nómu) de Deus, mas, segundo a carne, sou escravo da lei (nómu) do pecado”* (Rm. 7: 21-25, NAA).

O pecador que aceita a graça, é perdoado, justificado e declarado em paz e em harmonia com Quem e com o quê? Por que Jesus morreu? Para abolir a lei moral ou para

assumir a culpa e a morte que pesava sobre o homem acusado pela lei moral?

A inquestionável verdade é: Jesus com a Sua morte, libertou o pecador da lei das cerimônias típicas, porque Ele se ofereceu como o único e verdadeiro Cordeiro para tirar o pecado, mantendo a imutabilidade e a eternidade da lei moral.

A justiça pela fé e a justiça da lei moral são inseparáveis dentro do plano da salvação. Jesus disse à prostituta a quem ofereceu a graça, perdoou e justificou: *“Não te condeno, vai e não peques mais”*. A justiça imputada é o perdão obtido pela fé em Jesus; a justiça comunicada é o Espírito Santo orientando a conduta pela lei moral e pela Palavra de Deus. *“Pois Deus vos escolheu desde o começo, para serdes salvos pelo Espírito que santifica e pela fé na verdade”* (2Ts 2:13, TEB).

Não podemos olvidar que Paulo também estava falando para os crentes vindos do paganismo. Estes nunca viveram sob a lei das cerimônias. Mas as paixões pecaminosas agindo neles, faziam-no contra os princípios da lei moral e, portanto, servindo-se desta lei, estas paixões produziam como resultado final a morte, que é o resultado final do pecado condenado pela lei moral.

No entanto, pela aceitação de Cristo, tanto judeus como gentios, foram libertados da condenação da lei moral e serviam a Deus, pela salvação obtida por meio de Cristo: *“mas agora que vocês foram libertados do pecado e se tornaram escravos de Deus, o fruto que colhem leva à santidade, e o seu fim é a vida eterna”* (Rm 6:22, NVI).

Libertados do pecado pela fé no sangue redentor de Cristo, tornamo-nos escravos de Deus, pela obediência brotando do amor e somos transformados em um novo homem regido pela santidade da lei moral que é santa, porque o seu Autor é santo. Aquilo que as cerimônias caducadas não podem fazer, Cristo faz, porque nEle vivemos em novidade de vida e frutificando para Deus (Rm 7:6). *“Portanto, se alguém está em Cristo, é nova criatura. As coisas antigas já passaram; eis que surgiram coisas novas”* (1Co 5:17, NVI).

“Lei de Deus, outra lei e Lei do pecado”. O apóstolo Paulo faz três declarações significativas: *“no íntimo do meu ser tenho prazer na lei (nómo) de Deus; Mas vejo outra lei (nómon) atuando nos membros do meu corpo guerreando contra a lei (nómo) da minha mente, tornando-me prisioneiro da lei (nómo) do pecado”* (Rm 7:22, 23, NVI).

O que Paulo está ensinando por estas três expressões, usando a mesma palavra base sete vezes: “nómos”, lei?

Seria a lei de Deus, a outra lei e a lei do pecado uma e a mesma coisa, simples e puramente a lei moral? Não faz sentido porque Paulo declara que há um estado de guerra entre a lei de Deus, a outra lei e a lei do pecado. Portanto, são leis opostas entre si, mas Paulo usa a mesma palavra para referir as duas opostas.

A Tradução Ecumênica da Bíblia traduz Romanos 7:22 e 23 nas seguintes palavras: *“Pois eu me comprazo na lei (nómo) de Deus, enquanto homem interior, mas em meus membros descubro outra lei (nómon) que combate contra a lei (nómo) que a minha inteligência ratifica; ela faz de mim o prisioneiro da lei (nómo) do pecado que está em meus membros”*.

Paulo declara francamente que em sua inteligência ratifica a lei de Deus como a norma para a sua conduta, mas em seus membros descobre outra lei que o faz prisioneiro da lei do pecado. A lei de Deus determina um modo de conduta que é combatido pela lei do pecado que determina outro modo de conduta. Em harmonia com a argumentação de Paulo, somente há uma compreensão coerente do argumento de Paulo: a lei de Deus é a lei moral, incluindo *“toda palavra que procede da boca de Deus”* (Mt 4:4, NVI), e a lei do pecado é o poder do maligno que o escravizou, dominando-o e fazendo-o praticar atos pecaminosos contra

Deus, condenados pela lei moral. Mas ele usa a mesma palavra – nomia – para as duas leis e as duas situações.

Intelectualmente Paulo se comprazia na lei de Deus e o declara de maneira enfática: *“com a mente, eu próprio sou escravo da Lei (nómu) de Deus”*, mas o poder do maligno o dominava de tal modo que a prática contradizia a sua teoria: no espírito anelava viver os princípios da lei moral, mas o maligno o fez prisioneiro do pecado com tal poder, que na carne, o fazia praticar o pecado. Como escapar desta sentença fatal? Só uma alternativa: a graça de Deus por meio de Cristo Jesus.

Livres da morte. *“Miserável homem que eu sou! Quem me libertará do corpo sujeito a esta morte? “Graças a Deus por meio de Jesus Cristo, nosso Senhor! De modo que, com a mente, eu próprio sou escravo da Lei (nómu) de Deus; mas, com a carne, da lei (nómu) do pecado” (Rm 7:24, 25, NVI).*

Declara Paulo: *“Libertados da lei, (nómo) [...] servimos em novidade de espírito e não na caducidade da letra” (Rm 7:6, ARA)* Libertados de que lei? Adicionemos o argumento de Paulo aos Gálatas: *“Por que eu, mediante a própria lei, (nómu), morri para a lei, (nómu) a fim de viver para Deus. Estou crucificado com Cristo; logo, já não sou quem vive, mas Cristo vive em mim” (Gl 2:19, 20, ARA).*

“Estou crucificado com Cristo”. Mediante que lei, ele, Paulo, morre para a lei e está crucificado com Cristo? Que lei foi pregada com Cristo sobre a cruz? *“Aboliu na Sua carne a lei (nómu) dos mandamentos (entolun) na forma de ordenanças... removeu-o inteiramente, encravando-o na cruz”* (Ef 2:15, e Cl 2:14, ARA). Estribado nesta verdade incontestada, exclamou: *“Estou crucificado com Cristo”*.

O cerimonialismo com todos os seus ritos apontava para Cristo. Logo, quem lhe compreendeu essa função, sabia que as cerimônias perderam seu significado e valor ante a realidade da cruz. Portanto: se os ritos apontavam para Cristo; se cessaram com a sua morte; logo, também eu estou morto para o ritualismo. Ele não existe mais para mim e eu não existo para ele. Quem existe é Cristo, e por Ele eu vivo para Deus. E Paulo declara aos romanos: *“Libertados da lei, (nómu) [...] servimos em novidade de espírito e não na caducidade da letra”* (Rm 7:6, ARA).

A revelação da graça divina, ensinada por meio dos símbolos e ritos, cumpriu o seu papel. Agora, a manifestação real da graça, Cristo Jesus, está vivendo em mim.

“As ofertas sacrificais foram ordenadas por Deus a fim de serem para o homem uma perpétua lembrança de seu pecado e uma de arrependimento, bem como uma confissão de sua fé no Redentor prometido” (PP, p. 44).

“A ruptura do véu do templo mostrou que os sacrifícios e ordenanças judaicas não mais seriam recebidos. O grande Sacrifício havia sido oferecido e aceito, e o Espírito Santo, que desceu no dia do Pentecoste, levou a mente dos discípulos do santuário terrestre para celestial, onde Jesus havia entrado com o seu próprio sangue, a fim de derramar sobre os discípulos os benefícios de Sua expiação. Mas os judeus foram deixados em trevas completas. Perderam toda a luz que podiam ter recebido sobre o plano da salvação, e ainda confiavam em seus inúteis sacrifícios e ofertas. O santuário celestial havia tomado o lugar do terrestre, mas eles não tiveram conhecimento da mudança. Assim não podiam ser beneficiados pela mediação de Cristo no lugar santo” (PE, p. 259, 260).

Uma questão para ponderar: quando Paulo usa a palavra “nómus”, que pode ser entendida como referindo à lei moral, com maior frequência refere a “torah” toda, seja toda a Escritura Sagrada do Antigo Testamento, pois ele declarou: *“Porque desde criança você conhece as Sagradas Letras, que são capazes para torná-lo sábio para a salvação mediante a fé em Cristo Jesus. Toda a Escritura é inspirada por Deus e útil para o ensino, para a repreensão, para a correção e para a instrução na justiça, para que o*

homem de Deus seja apto e plenamente preparado para toda boa obra” (2Tm 3:15-17, NVI).